



A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NAS DECISÕES SOBRE O ESPAÇO EM QUE VIVEM

Franciane Cristina Fronza da Silva¹
André Otávio Saibra Conceição*²
Cristiane Vanessa Lucas dos Santos*³
Mark Sivanía Carlos Nascimento⁴
Regina Costa Vieira⁵
Sandra Mara Venâncio Carvalho*⁶

Degelane Córdova Duarte⁷

Eixo temático: Práticas pedagógicas de Iniciação à Docência nos Anos Iniciais e Educação Infantil

INTRODUÇÃO

É consenso que o processo de aquisição do conhecimento ocorre a todo o momento e em todo o lugar, entretanto, a escola se sobressai enquanto instituição de ensino e aprendizagem. O ato de ensinar constitui parte fundante do trabalho educativo. Brandão (2001) defende a educação através da ideia de que a mesma é uma fração da forma como os grupos sociais vivem, criam e recriam sua cultura. Fração essa de experiências acumuladas no decorrer dos tempos, estabelecendo relações entre os indivíduos envolvidos

¹ SILVA, Franciane Cristina Fronza. Professora de Séries Iniciais – Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdades Sociais (UFSC) e Supervisora ID PIBID Pedagogia IFC - Campus – Camboriú.

² CONCEIÇÃO, André Otávio Saibra; Acadêmico 4 período Curso Licenciatura em Pedagogia IFC Campus Camboriú.

³ RIBEIRO, Ediomácia Paes Landim. Acadêmica 4º período do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Bolsista do PIBID IFC – Campus – Camboriú.

⁴ NASCIMENTO, Mark Sivanía Carlos. Acadêmica 4º período do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Bolsista do PIBID IFC – Campus – Camboriú.

⁵ VIEIRA, Regina Costa. Acadêmica 4º período do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Bolsista do PIBID IFC – Campus – Camboriú.

⁶ CARVALHO, Sandra Mara Venâncio. Acadêmica 4º período do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Bolsista do PIBID IFC - Campus – Camboriú.

⁷ DUARTE, Degelane Córdova - Professora EBTT e Supervisora de Área PIBID Pedagogia IFC- Campus – Camboriú.



em processos de ensino-aprendizagem.

Libâneo (2002) afirma que a educação escolar deve ser capaz de fomentar a compreensão do mundo e da realidade com suas diversidades e antagonismos, provendo meios de agir sobre ela, transformando-a. Nemi (2009) testifica a afirmação de Libâneo ao defender o espaço escolar como ambiente propício para a mediação e sistematização do conhecimento, através de questionamentos, discussões e troca de experiências. Paulo Freire (1996), por sua vez, considerava a educação como sinônimo de construção e ressignificação cotidiana e um caminho para a libertação do determinismo cultural. Nas palavras de Freire:

[...] somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de apreender. Por isso, somos os únicos em que apreender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito (1996, p. 69).

Para Oliveira (2013) a escola somente poderá disseminar o conhecimento transformador quando compreender o seu papel social “[...] as escolas devem ter como prioridade a promoção do conhecimento que liberte a pessoa da condição do não conhecer, do não saber e, especialmente, da ausência do aprender, por depender da estrutura social da qual faz parte [...]” (OLIVEIRA, 2013, p. 6).

Neste viés, a educação escolar deve auxiliar os sujeitos nela envolvidos a viver em sociedade, conscientizando-os sobre si e sobre o mundo que os cerca, a fim de que se tornem autônomos e se efetivem enquanto cidadãos reflexivos e participativos. Campos (2012) salienta que embora o conceito de cidadania possa ser ensinado e aprendido em distintos ambientes e vivências, é indubitavelmente o espaço escolar o *locus* privilegiado para que ocorra a socialização de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades para o seu exercício. A aprendizagem sobre a cidadania no ambiente escolar pode tornar-se duradoura, e acompanhar a criança ao longo de sua vida.

Dalarosa (1998) corrobora Campos (2012) ao afirmar que o ambiente profícuo para a construção da educação cidadã é a sala de aula. A cidadania aqui deve ser compreendida



enquanto “consciência crítica” com vistas à liderança, “cidadania detentora de conhecimentos teóricos e práticos úteis para si, para a sociedade e para o controle de um Estado ou dos governos [...]” (DALAROSA, 1998, p. 10).

Severino (2000) discorre sobre a educação no que diz respeito ao seu papel de agente transformador da realidade, ou instância estigmatizante e reprodutora das desigualdades sociais.

[...] “Se a educação pode ser como querem as teorias reprodutivistas, um elemento fundamental na reprodução de determinado sistema social, ela pode ser também elemento gerador de novas formas de concepções de mundo, capazes de se contraporem à concepção de mundo dominante em determinado contexto sociocultural” (pág. 71).

A partir da perspectiva da educação crítica e emancipatória, que considera o estudante como sujeito de direitos e apto a exercer a sua cidadania, o projeto foi estruturado e executado para a realidade vivenciada pelos estudantes do 1º ano vespertino do Grupo Escolar Marlene Pereira Zuchi. Situada no município de Camboriú, a instituição encontra-se em um bairro afastado do centro da cidade, em uma comunidade carente, renegada pelo Estado, desprovida de recursos advindos da administração pública, e conseqüentemente, sujeita ao tráfico e à criminalidade. As ruas não possuem pavimentação e saneamento básico. A rua em que se situa a instituição de ensino é a mesma que abriga uma creche e o posto de saúde do bairro. Ela não possui calçadas ou calçamento, não há tubulação de esgoto. Se já não bastasse a realidade pessoal de cada um, ainda há a realidade vivenciada por todos que ali residem: o descaso por parte do poder público em relação também à instituição de ensino. Tal descaso se apresenta na escassez de recursos pedagógicos, no limitado espaço físico (não há biblioteca, brinquedoteca, refeitório adequado). Em face à realidade aqui descrita, é possível a percepção de que muitos direitos estão sendo negligenciados, seja no bairro ou na escola, e por tal razão, este projeto foi pensado.



OBJETIVOS

- Reforçar a dinâmica do respeito aos direitos na sociedade e a compreensão de que as crianças e os adolescentes são sujeitos de direitos, como toda e qualquer pessoa, e que os mesmos devem ser respeitados;
- Propiciar às crianças o conhecimento da história e do espaço geográfico da cidade em que vivem, a fim de identificarem as situações problemas e apresentarem formas para a sua possível resolução, reconhecendo-se como agentes participativos das transformações na sociedade na qual estão inseridos.

DESENVOLVIMENTO

Partindo da realidade cotidiana vivenciada pelos estudantes e das discussões propostas em sala de aula, o projeto foi apresentado às crianças. Com curiosidade o tema foi recebido e aceito, embora tenha sido possível observar olhares receosos quanto à possibilidade da participação das crianças na transformação do bairro.

Ainda que se objetive a alfabetização e o letramento nos primeiros anos do ensino fundamental, a observação do mundo e de seus significados não pode ficar em segundo plano. Freire afirmava não ser possível separar a leitura das palavras e a leitura do mundo, para ele, a leitura do mundo precedia a leitura da palavra. (FREIRE, 2001). É direito de a criança saber-se no mundo, compreender que também é parte da escola e da cidade, e ser ouvida em seus anseios e opiniões.

É preciso saber ouvir, ou seja, saber como ouvir uma criança negra com a linguagem específica dele ou dela, com a sintaxe específica dele ou dela, saber como ouvir o camponês negro analfabeto, saber como ouvir um aluno rico, saber como ouvir os assim chamados representantes de minorias que são basicamente oprimidas (FREIRE, 2001, p. 58).



Através de questionamentos sobre o conhecimento prévio dos estudantes, constatou-se que os problemas que afetam aos adultos também afetam as crianças. Quando indagados sobre suas percepções acerca dos problemas aparentes no bairro e na escola, as crianças apresentaram como reclamações a falta de calçamento e saneamento nas ruas e a ausência de espaços de convívio no bairro e na escola.

Partir do conhecimento dos estudantes é considerá-los sujeitos de sua história, e não meros expectadores. Para Paulo Freire a educação com vistas à libertação é aquela que reconhece as pessoas como “corpos conscientes”, e não “[...] como seres vazios a quem o mundo “encha” de conteúdos. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo” (FREIRE, 2002, p. 31, grifos do original).

Após as conversas e levantamento dos conhecimentos prévios dos estudantes, saímos a campo para identificar pontos históricos específicos da cidade. Na volta para a escola, realizamos a roda da conversa para identificar as impressões de cada criança e quais lugares já conheciam. Todas as fotos realizadas foram comparadas com fotografias antigas dos mesmos locais, com o intuito de verificar eventuais mudanças ou possíveis semelhanças. As fotos foram expostas em um “varal da história” na praça da cidade, no evento alusivo em comemoração à passagem de seu aniversário de 133 anos.

A saída a campo como estratégia de ensino é também chamada de “estudo do meio”. Llarena (2009, p. 56) ressalta que “[...] no estudo do meio, o educando é estimulado a compreender o espaço do qual faz parte ou os espaços mais distantes [...]

Neste sentido, Pontuschka pontua que a interação do estudante com o meio torna possível o conhecimento, visto que ao interagir com o espaço e a sociedade, o estudante “[...] formula hipóteses e tenta verificá-las, opera um verdadeiro trabalho sobre o concreto, sobre a realidade vivida, que lhe permite caminhar para um pensamento mais elaborado em direção à abstração” (PONTUSCHKA, 1986, p.73).

Na aula posterior, as crianças assistiram a um filme de animação intitulado “Os músicos de Bremen”, inspirado no conto “*Die Bremer Stadtmusikanten*”, escrito no ano de 1812 pelos irmãos Grimm. No filme, quatro animais se unem em busca de melhores



condições de vida. Após o filme, as crianças conheceram a música “A Cidade Ideal” de Francisco Buarque de Hollanda e visualizaram diferentes imagens de diversas cidades. As imagens apresentavam a diferença entre a organização e estrutura das cidades: ruas asfaltadas, ruas de barro, ruas de calçamento. Cidades grandes e pequenas, urbanizadas e sem qualquer infraestrutura, etc. Em seguida, realizou-se a roda de conversa para discutirmos sobre as questões apresentadas no vídeo, na música e nas imagens.

O trabalho em sala de aula com recursos audiovisuais facilita a difusão e a mediação de diferentes saberes. “[...] No atual momento civilizatório, a tecnologia não agrega somente novos artefatos e novos modos de fazer, introduz também outra dinâmica em que o tempo e o espaço são reelaborados [...]” (PIRES, 2010, p. 283).

Dando sequência ao projeto, após a explanação e discussão dos temas apresentados nos recursos audiovisuais utilizados, foi proposta às crianças a confecção de maquetes sobre a cidade de Camboriú. No entanto, as maquetes deveriam ser confeccionadas a partir da ótica das crianças sobre como deve ser a cidade ideal. Ou seja, cada criança, com o auxílio de seus responsáveis, e com o tempo hábil de dez dias para a consecução, deveria construir a cidade dos seus sonhos, uma cidade idealizada, que visasse o respeito aos seus direitos e à sua efetiva participação.

A proposta foi aceita com entusiasmo e muitos questionamentos sobre o que viria a ser uma maquete. As explicações foram dadas e o trabalho executado com maestria. As maquetes foram entregues e apresentadas para a comunidade escolar. Ouvir das crianças seus interesses e intenções para a transformação do espaço em que vivem, identificando os problemas e as possíveis soluções, foi uma evidência da importância de considerar a voz e o protagonismo das crianças.

Olhar o mundo a partir do ponto de vista da criança pode revelar contradições e dar novos contornos à realidade. [...] Atuar com crianças com este olhar significa agir com a própria condição humana, com a história humana. Desvelando o real, subvertendo a aparente ordem natural das coisas, as crianças falam não só do seu mundo e de sua ótica de crianças, mas também do mundo adulto, da sociedade contemporânea. (KRAMER, 2008, p. 171).



Objetivando enfatizar a importância da participação infantil nas decisões políticas da cidade, lançamos a discussão sobre quais melhorias, na opinião das crianças, deveriam ser feitas no bairro e na escola. Posteriormente, com o auxílio da votação, as crianças definiram que as melhorias mais urgentes seriam a pavimentação da rua da escola, o fechamento do esgoto e a reforma do ginásio de esportes. Elaboramos um documento de solicitação coletiva (abaixo – assinado) com vistas às sugestões de melhorias apontadas pelas crianças. O documento foi assinado pelos estudantes, familiares e profissionais da escola e entregue ao chefe do poder executivo.

Monteiro (2006) enfatiza a preponderância do protagonismo infantil nas diferentes áreas de sua vida, a fim de usufruírem de seus direitos, de acordo com seus interesses. Neste sentido, o protagonismo infantil se configura no tempo e no espaço da participação, da decisão, da intervenção, como forma de influenciarem as relações e as decisões que dizem respeito à suas histórias e vivências. A partir do exercício de sua cidadania, a criança passa a viabilizar a sua participação nos assuntos referentes à sua vida, deslegitimando o papel de mero receptor (MONTEIRO, 2006).

Nesta conjuntura, Monteiro (2006) dignifica o panorama do protagonismo e da cidadania infantil no âmbito da dimensão participativa e ativa, reconhecendo a criança não apenas como detentora de direitos, mas também no cumprimento de seus deveres, tais como a responsabilidade, o respeito pelo outro, o sentido de justiça.

A abordagem da temática da cidadania infantil na sala de aula requer avaliação constante da prática e do papel do educador, revendo seus objetivos pedagógicos e compreendendo que suas limitações também fazem parte do processo ensino – aprendizagem.

O exercício da cidadania no âmbito escolar é essencial para que os estudantes se percebam como parte integrante do meio em que vivem. Neste contexto, os referenciais de sua própria identidade se ampliam, igualmente, o reconhecimento de que as outras pessoas também possuem direitos e deveres (CAMPOS, 2012)

Severino, por sua vez, evidencia que a escola não é por si só a alavanca de mudança social, pois é uma instituição em que imperam as relações de poder e difusão das



ideologias capitalistas. Entretanto, assim como outras instâncias de ação sociocultural, a escola está diretamente relacionada à economia, e por tal razão, pode contribuir para desmascarar e despertar a consciência para todo o tipo de contradição e desigualdade social, contribuindo para a superação e emancipação dos indivíduos (SEVERINO, 2000).

[...] Aos educadores e educadoras fica o convite para que reflitam sobre suas práticas, para que elas possam ser insufladas com os germes da mudança, para o alcance do exercício de uma cidadania transformadora. (DALAROSA, 1998, pág. 10).

RESULTADOS ALCANÇADOS

Ante as ações relatadas, testifica-se que atividades significativas ocorreram, possibilitando diversos tipos de saberes e a garantia de que os objetivos propostos foram inicialmente alcançados. A dinâmica do respeito aos direitos na sociedade e a compreensão de que as crianças e os adolescentes são sujeitos de direitos, são objetivos que devem ser revistos, visto que precisam ser confirmados cotidianamente.

No que concerne ao objetivo de propiciar às crianças o conhecimento da história e do espaço geográfico da cidade em que vivem, afirmamos que dentro do previsto, o mesmo foi alcançado. Pontos históricos foram visitados e estudados. De igual maneira, situações problemáticas no bairro e especificamente na rua em que se localiza a escola foram identificadas pelas crianças, e propostas de melhorias foram apresentadas pelas mesmas.

Salienta-se a necessidade de se considerar as vivências, saberes e valores das crianças, tornando o ambiente escolar num espaço de socialização e reconhecimento de direitos e a propagação dos mesmos. Para que a escola se efetive como o lócus da emancipação e autonomia dos sujeitos, é imprescindível que os currículos sejam revistos, que as metodologias e conteúdos sejam repensados e condizentes com a realidade vivenciada pela comunidade escolar, de forma a respeitar e valorizar as culturas e modos de viver. Inserir estes preceitos no Projeto Político Pedagógico também é uma forma de



considerar os sujeitos, sua cultura e a luta pela igualdade substancial, e a resistência da das desigualdades sociais.

Palavras-chave: *Criança. Cidadania. Direitos. Território.*

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CAMPOS, Helena Guimarães. **A história e a formação para a cidadania nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. 1. Ed. São Paulo: Livraria Saraiva, 2012.

DALAROSA, Adair Ângelo. **Estado, Educação e Cidadania**. 1º ed. Caçador: Universidade do Contestado, 1998.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios/Paulo Freire**. -5. Ed. Editora Afiliada - São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v.23).

KRAMER, Sonia. **Crianças e adultos em diferentes contextos. Desafios de um percurso de pesquisa sobre infância, cultura e formação**. In. Estudos da Infância: educação e práticas sociais/ Manuel Sarmento, Cristina Soares de Gouvêa (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática: Velhos e novos temas**. São Paulo: Cortez, 2002.

LLARENA, Marco Antonio Almeida. **O estudo do meio como uma alternativa metodológica para abordagem de problemas ambientais urbanos na educação básica**. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN - João Pessoa, 2009. 164f. : il. Disponível em < http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/marco_llarena.pdf>. Acesso em 15 agos 2017.

MONTEIRO, Lígia Claudia Gonçalves. **Educação e direitos da criança: perspectiva histórica e desafios pedagógicos**. Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, 2006. Disponível em < <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/62071/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20-%20L%C3%ADgia%20Monteiro.pdf>>. Acesso em 14 agos 2017.

NEMI, Ana Lúcia Lana. **Ensino de História e experiências: o tempo vivido**. Vol. único. 1. Ed. São Paulo: FTD, 2009.

OLIVEIRA, TEREZINHA. ET AL. Escola, Conhecimento e formação de pessoas: considerações históricas. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 6, n.2, p. 145-160, 2013 – ISSN: 1982-3207. Disponível em < <http://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/45662/28843>> acesso em : 16 agos 2017.



PIRES, Eloiza Gurgel. A experiência audiovisual nos espaços educativos: possíveis interseções entre educação e comunicação. Universidade de Brasília. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.36, n.1, p. 281-295, jan./abr. 2010. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n1/a06v36n1> > Acesso em 18 agost 2017.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. **O conceito de estudo do meio transforma-se: em tempos diferentes, em escolas diferentes, com professores diferentes.** In: VESENTINI, José William. O ensino de geografia no século XXI. Campinas: Papirus, 1986, p.248-249.

SEVERINO, Antônio. Educação, Trabalho e Cidadania - A educação brasileira e o desafio da formação humana no atual cenário histórico. **São Paulo Perspec.** vol.14 no. 2 São Paulo Abr./Jun. 2000. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200010 > Acesso 10 agos. 2017.